



REQUERIMENTO Nº 27/2026

Sr. Presidente,
Sras. Vereadoras
Srs. Vereadores

REQUER AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, QUE OFICIALIZE O PODER EXECUTIVO, SOLICITANDO INFORMAÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO E DO CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS/PA.

Autoria: Vereador ELVIS SILVA CRUZ - ZÉ DO BODE

Requeiro ao Presidente da MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS – Vereador Anderson Moratório, que depois de cumprido o rito regimental e ouvido o soberano plenário desta casa de leis, oficialize ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Aurélio Ramos, por meio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento – SEDEN, da Secretaria Municipal da Juventude e demais secretarias competentes, informações acerca da relação e do cronograma de implementação de cursos profissionalizantes na rede municipal de ensino e programas correlatos no município de Parauapebas/PA.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se na função fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 31 da Constituição Federal, bem como nos princípios da legalidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Carta Magna. Ampara-se ainda no direito de acesso à informação assegurado pelo art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Federal nº



12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). No âmbito local, a Lei Orgânica do Município de Parauapebas garante à Câmara Municipal a prerrogativa de requisitar informações ao Poder Executivo, assegurando o controle externo e a fiscalização das políticas públicas implementadas pela Administração.

Parauapebas possui uma economia dinâmica e em constante expansão, especialmente em razão de sua forte atividade mineral e crescimento populacional acelerado. Entretanto, observa-se que parte significativa da população, especialmente jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade social, enfrenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho por ausência de qualificação técnica adequada. A oferta de cursos profissionalizantes na rede municipal representa instrumento essencial para romper ciclos de desemprego, informalidade e exclusão social.

A qualificação profissional, quando integrada ao ambiente escolar e às políticas públicas municipais, amplia oportunidades, fortalece a autoestima da juventude e contribui diretamente para a redução das desigualdades sociais. Investir na formação técnica e profissional é investir no desenvolvimento humano, na autonomia financeira das famílias e na construção de uma cidade mais justa e preparada para os desafios econômicos presentes e futuros.

Além disso, é fundamental que haja planejamento estruturado, transparência e ampliação dessas iniciativas, garantindo que os cursos ofertados estejam alinhados às demandas reais do mercado local e às potencialidades econômicas do município. Conhecer a relação dos cursos existentes e o cronograma de implementação dos novos programas permitirá a esta Casa acompanhar, propor melhorias e assegurar que a política de qualificação profissional alcance efetivamente quem mais precisa.

Diante da relevância da matéria e visando subsidiar o exercício da atividade fiscalizatória desta Casa de Leis, faz-se necessário que o Poder Executivo informe, de forma clara e detalhada:



- Quais cursos profissionalizantes estão atualmente sendo ofertados na rede municipal de ensino ou por meio de programas vinculados às Secretarias competentes;
- Qual o cronograma de implementação de novos cursos para o exercício vigente e subsequentes;
- Quantidade de vagas disponibilizadas, critérios de seleção e público-alvo atendido;
- Unidades escolares e bairros contemplados;
- Existência de parcerias firmadas com instituições públicas ou privadas para execução dos cursos;
- Planejamento de expansão e previsão orçamentária destinada à qualificação profissional.

Assim, o presente requerimento não apenas atende ao dever constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, como também contribui para a transparência administrativa e para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à formação profissional da população, especialmente da juventude. Trata-se de medida de elevado interesse público, que visa assegurar planejamento eficiente, correta aplicação dos recursos públicos e efetividade das ações governamentais no âmbito do Município de Parauapebas.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2026.

**Vereador – Elvis Silva Cruz
ZÉ DO BODE**